



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 700/2016

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a execução do disposto nas Cláusulas Segunda e Terceira do Protocolo celebrado entre a ESTAMO Participações Imobiliárias, SA, o Município de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, para instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz.

Pelouro: Vereador Manuel Salgado

Serviços: DMGP

Considerando que:

- a) Nos termos da Proposta n.º 508/2015, em 9 de setembro e 13 de outubro de 2015, a Câmara e a Assembleia Municipal, respetivamente, aprovaram o Protocolo a celebrar entre o MUNICIPIO, a ESTAMO, Participações Imobiliárias, SA (doravante ESTAMO) e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (doravante "ARSLVT") relativo às condições de instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz nas lojas n.ºs 6 e 7 do empreendimento municipal "Residências do Martim Moniz";
- b) Em 17 de agosto de 2015 foi celebrado entre o MUNICIPIO e a ESTAMO um contrato de arrendamento não habitacional com prazo certo para as referidas lojas, o que veio a ter acolhimento expresso na Proposta n.º 508/2015, assim permitindo que a ESTAMO pudesse dar início aos projetos e obras de adaptação dos espaços ao Centro de Saúde do Martim Moniz (Anexo I);
- c) A 12 de maio de 2016 o MUNICIPIO, a ESTAMO e a ARSLVT celebraram o Protocolo aprovado pela Proposta n.º 508/2015, relativo à instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz, que aqui se reproduz (Anexo II);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

- d) Simultaneamente com a assinatura do Protocolo as partes celebraram também um Acordo Para Execução do Protocolo relativo à fixação do valor patrimonial do prédio sito na Rua da Madalena n.º147 a 155 em Lisboa, pela ARSLVT, que igualmente se reproduz (Anexo III);
- e) Estabeleceu-se na Cláusula Quarta do Acordo de Execução que o MUNICIPIO autorizava a instalação e funcionamento do Centro de Saúde do Martim Moniz a partir de 1 de junho de 2016, a título gratuito, em regime de comodato, nos termos do estabelecido nos artigos 1129º e 1130º do Código Civil (Anexo III);
- f) Estabeleceu-se ainda na Cláusula Sexta do Acordo de Execução que as partes deveriam celebrar até 12 de setembro de 2016 (120 dias) todas as escrituras de transmissão de propriedade necessárias à concretização do Protocolo, sob pena de caducidade;
- g) A 13 de outubro de 2016 a ESTAMO, a ARSLVT e o MUNICIPIO celebraram um "Acordo de Prorrogação do Prazo do Protocolo e Acordo de Execução", fazendo com que tais documentos continuem a produzir efeitos até à data em que venham a ser celebradas as escrituras de transmissão da propriedade. (Anexo IV);
- h) No passado dia 17 de outubro de 2016 foi inaugurado o Centro de Saúde do Martim Moniz, dotando a Cidade de um equipamento de fundamental importância na prestação de cuidados de saúde a mais de 20.000 utentes das freguesias de Santa Maria Maior e Arroios;
- i) Estão concluídos todos os atos preparatórios, incluindo as avaliações realizadas pela Direção Geral de Tesouro e Finanças, importando agora dar execução ao estabelecido nos documentos anteriormente identificados, em especial a Proposta n.º 508/2015, o Protocolo e o Acordo para sua Execução celebrados em 12 de maio de 2016;
- j) Nos termos do referido Protocolo, o MUNICIPIO comprometeu-se a transmitir para o património da ESTAMO as frações autónomas designadas pelas letras "F" e "G",



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

correspondentes, respetivamente, às lojas n.ºs 6 e 7, do prédio urbano, em regime de propriedade horizontal, sito no Martim Moniz, Rua da Palma, n.ºs 37 a 45 – A, Travessa do Arco da Graça, n.ºs 3 a 3 B e 6 e 6ª, Travessa da Palma, n.ºs 2 a 2 B, Calçada do Jogo da Pela, n.ºs 1 e 1 A, Travessa “A”, n.ºs 1 a 2 A, Travessa do Colégio, n.ºs 11, 11 A e 18, Rua Arco da Graça, n.ºs 24, 26 e 28 e Travessa “B”, n.º 2, descrito no registo predial sob o n.º 396 da freguesia do Socorro, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Maria Maior sob o artigo 396, doravante, em conjunto, designadas por “Frações Autónomas”;

- k) O contrato de arrendamento já caducou e o Centro de Saúde do Martim Moniz já se encontra instalado, em regime de comodato, nas frações autónomas descritas supra desde 17/11/2016;
- l) A ESTAMO executou nas sobreditas Frações, na qualidade de arrendatária e com autorização do MUNICIPIO, obras de adaptação a centro de saúde, de acordo com projeto aprovado pela ARSLVT, as quais, nos termos do estabelecido no Protocolo e Acordo de Execução foram contabilizadas em € 1.220.000,00 (um milhão duzentos e vinte mil euros);
- m) Nos termos do sobredito Protocolo, a ESTAMO e o MUNICIPIO acordaram que o valor global de transmissão das “Frações Autónomas” será de € 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil euros), resultante do valor de € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), deduzido das seguintes verbas:
 - 1. As rendas pagas pela ESTAMO no âmbito do contrato de arrendamento celebrado pelas partes em 16 de agosto de 2015, no valo total de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) (€ 5.000,00 x 9 meses);
 - 2. Parte dedutível das obras executadas pela ESTAMO para adaptação das Frações Autónomas do Martim Moniz, no valor de €1.113.750,00 (um milhão cento e treze mil setecentos e cinquenta euros);
 - 3. Encargos da ESTAMO com a escritura pública de compra e venda das frações ao Município, nomeadamente o IMT (6,5%) e Imposto de Selo (0,8%), num total de € 91.250,00 (noventa e um mil duzentos e cinquenta euros)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

- n) Por via do mesmo Protocolo, a ESTAMO aceitou transmitir ao MUNICIPIO, que deu o seu acordo expresso, o prédio sito na Rua da Madalena, números 147 a 155, em Lisboa;
- o) O valor a atribuir ao imóvel da Rua da Madalena, números 147 a 155, é o que resultar da avaliação da Direção Geral de Tesouro e Finanças, efetuada nos termos do Considerando m) do Protocolo, que considerará o estado do prédio antes das obras coercivas realizadas pelo MUNICIPIO e o valor destas nunca pago pela ARSLVT;
- p) A Direção Geral de Tesouro e Finanças realizou em 14 de maio de 2015 a referida avaliação, determinando para o prédio da Rua da Madalena n.ºs 147 a 155 o valor a fixar por negociação entre o MUNICIPIO e a ARSLVT no intervalo entre € 900.000,00 (novecentos mil euros) e € 2.630.000,00 (dois milhões seiscientos e trinta mil euros) (Anexo V);
- q) Na mesma avaliação, e de acordo com o previsto no Protocolo, fixa-se como referência média para a negociação o valor de € 1.765.000,00 (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), o que foi aceite pelas partes (Anexo V);
- r) Atendendo aos antecedentes de realização de obras coercivas pelo MUNICIPIO, cujo valor nunca foi liquidado pela ARSLTV, acordaram as partes que o valor de transmissão da propriedade do prédio da Rua da Madalena n.ºs 147 a 155 para o MUNICIPIO deverá fixar-se em € 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil euros);
- s) O MUNICIPIO aceita que o valor devido pela ESTAMO pela aquisição das Frações Autónomas do Martim Moniz seja deduzido à dívida atualmente existente do MUNICIPIO na sequência do contrato de compra e venda do Complexo Desportivo da Lapa e do Convento do Desagravo, conforme escritura pública celebrada em 18/10/2013;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

1. Concretizar as operações patrimoniais previstas no Protocolo celebrado entre a ESTAMO Participações Imobiliárias, SA, o Município de Lisboa e a Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, para instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz, nomeadamente:
 - a) A alienação à ESTAMO, para instalação e funcionamento do Centro de Saúde do Martim Moniz, das frações autónomas designadas pelas letras "F" e "G", correspondentes, respetivamente, às lojas n.ºs 6 e 7, do prédio urbano, em regime de propriedade horizontal, sito no Martim Moniz, Rua da Palma, n.ºs 37 a 45 – A, Travessa do Arco da Graça, n.ºs 3 a 3 B e 6 e 6ª, Travessa da Palma, n.ºs 2 a 2 B, Calçada do Jogo da Pela, n.ºs 1 e 1 A, Travessa "A", n.ºs 1 a 2 A, Travessa do Colégio, n.ºs 11, 11 A e 18, Rua Arco da Graça, n.ºs 24, 26 e 28 e Travessa "B", n.º 2, descrito em sede de registo predial sob o n.º 396 da freguesia do Socorro, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Maria Maior sob o artigo 396 (ANEXO VI) em conjunto, identificadas na Planta n.º 16/097/DMGP a cor roxa (ANEXO VII), pelo valor global de € 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil euros) correspondendo € 635.250,00 (seiscentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta euros) ao valor da fração autónoma designada pela letra "F" e € 614.750,00 (seiscentos e catorze mil setecentos e cinquenta euros) ao valor da fração autónoma designada pela letra "G";
 - b) O valor de € 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil euros) a pagar pela ESTAMO ao MUNICIPIO será deduzido à dívida atualmente existente do MUNICIPIO na sequência do contrato de compra e venda do Complexo Desportivo da Lapa e do Convento do Desagravo, conforme escritura pública celebrada em 18 de outubro de 2013 (ANEXO VIII);
 - c) A aquisição à ESTAMO do edifício sito na Rua da Madalena, n.º 147 a 155, descrito em sede de registo predial sob o n.º 13 da freguesia da Madalena e inscrito na matriz predial urbana com o artigo 165 da freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa (ANEXO IX)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

identificado na Planta n.º 16/096/DMGP a cor amarela (ANEXO X), pelo valor de € 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil euros), a pagar na sua totalidade no ato de celebração do contrato.

CONDIÇÕES DE ACORDO

1. Caso a ARSLVT ou quem lhe suceda venha, no prazo de 20 anos a contar da data de celebração da escritura de compra e venda, a afetar as Frações Autónomas do Empreendimento do Martim Moniz a uso distinto do atualmente existente (Centro de Saúde), a propriedade destas reverterá para o MUNICIPIO, nos termos do fixado na Cláusula Quinta do Protocolo celebrado em 12 de maio de 2016, entre a ESTAMO a ARSLVT e o MUNICIPIO;
2. Caso o Município venha no prazo de 20 anos a contar da data de entrada em funcionamento do Centro de Saúde do Martim Moniz venha a utilizar o prédio sito na Rua da Madalena n.ºs147 a 155, em Lisboa, para fins distintos dos atualmente nele prosseguidos, a propriedade daquele reverterá para a esfera patrimonial da ARSLVT, nos termos do fixado na Cláusula Quinta do Acordo para a execução do Protocolo celebrado em 12 de maio de 2016, entre a ESTAMO a ARSLVT e o MUNICIPIO;

ANEXOS:

- I. Contrato de arrendamento não habitacional
- II. Protocolo celebrado em 12 de maio de 2016, entre a ESTAMO a ARSLVT e o MUNICIPIO; relativo à instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz
- III. Acordo Para Execução do Protocolo relativo à fixação do valor patrimonial do prédio sito na Rua da Madalena n.º147 a 155
- IV. Acordo de Prorrogação do Prazo do Protocolo e Acordo de Execução
- V. Avaliação do prédio sito na Rua da Madalena n.º147 a 155 elaborada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças
- VI. Documentação registal das frações autónomas



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R M A N U E L S A L G A D O

- VII. Planta de localização das frações autónomas do Empreendimento do Martim Moniz n.º 16/097/DMGP
- VIII. Escritura pública de compra e venda do Complexo Desportivo da Lapa e do Convento do Desagravo celebrada em 18 de outubro de 2013
- IX. Documentação registal prédio sito na Rua da Madalena n.º147 a 155
- X. Planta de localização do prédio sito na Rua da Madalena n.º147 a 155 n.º 16/096/DMGP

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa, 7 de dezembro de 2016

O Vereador

Manuel Salgado

ANEXOS DA PROPOSTA

700/CM/2016

Enviados em CD



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 7 de dezembro de 2016, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Voto de Pesar n.º 32/2016 (Subscrito pelos Srs. Vereadores Carlos Manuel Castro, Carlos Moura e João Bernardino)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Fidel Castro, nos termos do voto;

Aprovado por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12(7PS, 3Ind. e 2PCP)	3(2PPD/PSD e 1CDS/PP)	—

Proposta n.º 671/2016 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela CARRIS, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10(8PS, 2Ind.)	6(3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)	---

Proposta n.º 685/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a 25.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11(7PS, 2Ind. e 2PCP)	4(3PPD/PSD e 1CDS/PP)	---



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 699/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar dar cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 9 e 10 do artigo 22.º, do Plano de Pormenor da Artilharia Um, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9(6PS, 1Ind. e 2PPD/PSD)	2(2PCP)	1(1CDS/PP)

Proposta n.º 700/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a execução do disposto nas Cláusulas Segunda e Terceira do Protocolo celebrado entre a ESTAMO Participações Imobiliárias, S.A., o Município de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, para instalação do Centro de Saúde do Martim Moniz, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 701/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a alteração do limite e da área da parcela de terreno cedida em direito de superfície ao Corpo Nacional de Escutas (C.N.E.) - Escutismo Católico Português, por escritura celebrada em 29 de dezembro de 2005, sita na Rua António Saúde, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 702/2016 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste por cisão do sistema multimunicipal de saneamento de águas de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a criação da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão, submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a manutenção da integração do Município nesta sociedade concessionária e designar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral Extraordinária da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., para votar favoravelmente, nos termos da proposta;

(Adiada)

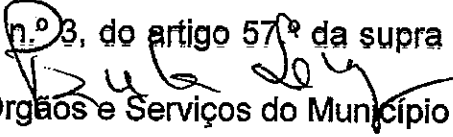


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 716/2016 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar atribuir a Sua Excelência o Presidente da República Checa a Chave de Honra da Cidade de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3, do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 7 de dezembro de 2016

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA 700/2016 - APROVAR SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A EXECUÇÃO DO DISPOSTO NAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ESTAMO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A., O MUNICÍPIO DE LISBOA E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, IP, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DO MARTIM MONIZ, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 22 da Ordem de trabalhos, Proposta, 700/2016.
Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Sr. Presidente, nós, enfim, entendemos esta proposta qual o fim a que ela se pretende e até acompanhamos, simplesmente há aqui uma questão que nós gostaríamos de ver esclarecida se houver essa possibilidade que é, a forma como é que foi realizado a avaliação do prédio da Rua da Madalena 147 a 155. Uma vez que aparentemente a Direção Geral do Tesouro e Finanças apresente um intervalo entre 900.002.630 mil€. Que são valores que me parecem algo discrepante e, portanto, gostaríamos de saber se é possível esclarecer qual foi a metodologia escolhida, porque me parece que não é a metodologia que é adotada pela Câmara Municipal, este tipo de avaliação com a Direção-geral do Tesouro de indicar um intervalo. Gostaria de perceber se aqui houve uma imposição ou se há por parte da Câmara algum esclarecimento que possa prestar. Obrigado.

O Sr. Presidente: - Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Senhor Presidente, eu, para além de esclarecimentos que foram pedidos pelo Vereador Carlos Moura e pelo PCP, eu gostaria que se fosse possível, o Sr. Vereador de Manuel Salgado pudesse apresentar esta mesma proposta.

Eu confesso que não tive muito tempo para analisar esta proposta, mas pareceu-me que e confusa. Não estou a dizer que não, não estou a atribuir nenhuma crítica, não é nada disso, mas há aqui uma troca de operações que confesso que se pudesse haver um esclarecimento às vezes é mais fácil do que a simples leitura de uma proposta e, portanto, agradecia apresentação.

O Sr. Presidente: - Se imaginasse a trabalho em consegui-la!

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Pois não ponho isso em causa, Sr. presidente.

O Sr. Presidente: - Só foi feita muito a mérito do à época Ministro da Saúde Paulo Macedo. Eu peço ao Dr. António Furtado para explicar.

O Sr. Dr. António Furtado: - Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. Vereadores.

Eu começo por vos dizer que compreendo a dificuldade em entender, o intrincado desta operação patrimonial. foi, de facto, o necessário para que fosse possível ter o Centro de saúde a funcionar no Martim Moniz, como ele está a funcionar hoje. E basicamente aquilo que foi necessário fazer foi garantir uma forma de transmitir a propriedade das lojas do Martim Moniz que são municipais, para o Centro de Saúde. Não havia condições para que a ARSLVT fizesse as obras de adaptação nas lojas necessárias ao funcionamento Centro de Saúde e, portanto, essas obras de adaptação vieram a ser feitas, tal como projeto, pela ESTAMO. E a 1ª. parte da operação, aliás, tudo isto foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal quando com a proposta, 508/2015, quando aprovaram o protocolo e acordo de execução entre o município de Lisboa a ESTAMO e ARSLVT, que conduziu a este desfecho. Há parte disto que já está executado e há uma parte que falta executar. Qual é a parte que está executada? É que foi feito um contrato de arrendamento das lojas à ESTAMO. Com base nesse contrato de arrendamento e enquanto arrendatária, a ESTAMO executou as obras, concluiu-as. A ARS forneceu o programa funcional e hoje tem um ao centro de saúde a funcionar, e agora haverá uma transmissão da propriedade das lojas da ESTAMO para a ARSLVT. Para que isso aconteça é necessário que o município primeiro transmita a propriedade à ESTAMO. O contrato de arrendamento com a ESTAMO previa exatamente esta possibilidade. Concluídas as obras a ESTAMO adquire ao município, aquelas lojas para que depois as possa transmitir a ARSLVT. Isto é a 1ª parte da operação.

Na 2ª parte da operação. É, como é que a ARSLVT vai pagar ESTAMO. É uma coisa que é entre essas 2 entidades, mas obviamente também nos interessa porque a ARS paga à ESTAMO com a entregue a dois imóveis; com um imóvel na Avenida 24 de Julho e com um imóvel na Rua da Madalena. Esse imóvel da Rua da Madalena é onde hoje funciona a sede da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, prédio esse que foi reabilitado pelo município e onde funcionam os elevadores de acesso ao Castelo. Esse prédio era um prédio da ARSLVT que, a dado momento, foi objeto de posse administrativa pelo município e de execução de obras coercivas. Essas obras coercivas nunca foram pagas ao município pela ARSLVT. Aquilo que nós dissemos quando compusemos esta operação foi que, estaríamos interessados,

nós município, em logo que a ARS pagasse ESTAMO com estes 2 imóveis, em adquirir a propriedade do imóvel da Rua da Madalena. Mas não queríamos adquirir o imóvel pelo valor da sua avaliação à data de hoje. Porque à data de hoje, ele tem um valor significativamente superior que lhe resulta, do facto de ter sido o município a fazer as obras de reabilitação, a instalar lá os elevadores e a tomar todas as medidas que tomou em momento, subsequente. Portanto, o que ficou estabelecido no protocolo foi que seria a Direção-geral de Tesouro e Finanças, porque a Direção-geral do Tesouro e Finanças é parte interessada, porque é quem autoriza a alienação destes imóveis da ARS para a ESTAMO, portanto, é muito complicado, mas é assim. Seria a DGTF - Direção-geral de Tesouro e Finanças a fazer a avaliação do imóvel e, de facto, como o Senhor Vereador diz não é uma avaliação de mercado *"tout court"*, como aconteceria noutra situação. Porquê? Porque tem que partir de uma ficção. E qual é a ficção é a ficção? É, quanto é que aquele edifício valeria antes das mais-valias introduzidas pelo município de Lisboa, bem como deduzir os encargos de obras coercivas que o município lá teve, das quais nunca foi ressarcido.

Se os Srs. Vereadores virem o relatório de avaliação de uma entidade externa para a DGTF, e o despacho final das Finanças sobre esta avaliação. As Finanças referem esta dificuldade, não é, mas estabelecem um intervalo. Que é esse intervalo que o Sr. Vereador referiu, e que é exatamente entre 900.002.630mil. E depois dizem, "no entanto, para efeitos de referência negocial das partes, estabelece um valor de 1.000.765". Ora, foi a partir desse valor de 1.000.765 que se trabalhou para chegar ao valor de 1.250 mil euros que é o valor pelo qual o município vai adquirir o prédio da Rua da Madalena, que já ocupa. Pronto. Peço desculpa, foi esta a engenharia, no bom sentido, que foi preciso montar para viabilizar um Centro de Saúde no Martim Moniz, porque senão ainda não o teríamos à data de hoje.

O Sr. Presidente: - Bom, a história é simples é assim: a ARS não queria pagar pelo edifício para fazer o Centro, e a ARS não queria ter nenhuma relação com a ESTAMO do ponto de vista do arrendamento. A Câmara queria fazer o Centro de Saúde o mais rápido possível, que ARS fizesse o Centro de Saúde o mais rápido possível, percebê-se, e tínhamos interesse em ficar com a propriedade dos prédios da Rua da Madalena. E por isso, tudo isto foi um embrincado que resultou de uma birra da ARS, que é uma entidade com muitas pretensões que à época uma entidade com muitas pretensões e com muito pouco dinheiro, e foi por isso que o Centro de Saúde se atrasou tanto no seu desenvolvimento. Este formato é pois o formato que se tornou possível de ARS pagar as lojas, dando um bem, arranjando uma entidade pública de intermediário que sustentasse financeiramente a realização

das obras, mas, no fundo, tendo como destinatário final. A operação é, as lojas do Martim Moniz passarem para a ARS e a loja da Madalena passar para a Câmara de Lisboa. O prédio, peço desculpa.

Posto isto, tirando, no fundo, estas questões do meio das entidades que estão no meio, punha-se a magna questão de saber qual é a avaliação do prédio da Madalena, que seria algo entre os 900 mil, que era o toco, e os 2 milhões que era o valor atual. O valor atual seria absurdo a Câmara pagar duas vezes por o edifício. Isto é, pagar as obras, valorizar e pagá-lo como tal e, por isso foi feito encontro de considerar que o valor é cerca de 1.250 mil, depois se laboriosos processos de ponderação e avaliação. É isto.

Explicar isto lá fora, como é que entidades públicas para construir um centro de saúde têm que recorrer a este tipo de engenharias e demora tanto tempo. Só encontra equivalente, no facto de ainda hoje, nós não temos os terrenos da Parque Expo para construir escolas. Mas também se resolverá esse.

Srs. Vereadores, podemos votar? Vamos então votar o ponto 21 da Ordem de Trabalhos, a Proposta 700/2016, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente põs à votação a Proposta 700/2016 a qual foi aprovada por unanimidade.